

A EDUCAÇÃO DA MULHER BRASILEIRA E SUA PARTICIPAÇÃO NAS ATIVIDADES ECONÔMICAS, EM 1970 *

928

GLAURA VASQUES DE MIRANDA **

RESUMO

Este artigo focaliza a participação da mulher brasileira na força de trabalho, como uma manifestação das mudanças no papel da mulher na sociedade atual. O trabalho analisa algumas relações entre a educação, a classe social e outros fatores e a participação da mulher nas atividades econômicas das diversas regiões geo-econômicas brasileiras, utilizando-se de dados do Censo Demográfico Brasileiro de 1970.

SUMMARY

Brazilian woman education, and participation in economic activities, in 1970. This article focuses the women's labor participation as a manifestation of the changing women's role in present society. The study analyses the relationship of education, social class and other determinant factors to the participation of women in the economic activities of the different Brazilian economic regions, with data from the Brazilian Demographic Census of 1970.

INTRODUÇÃO

Uma das mais importantes mudanças sociais do presente século diz respeito ao status social da mulher. Comparada às gerações passadas de mulheres, verifica-se nítida tendência a uma maior participação feminina nas atividades econômicas. E essa tendência torna-se tanto mais acentuada quanto mais desenvolvida é a região.

O status social da mulher depende, em grande parte, de sua condição de independência econômica, obtida através de uma participação ativa na força de trabalho, participação esta que se faça em igualdade de condições com os homens e não mais em

condições de subordinação a eles, refletindo no mercado de trabalho a situação de subordinação que a estrutura social e a organização da família consagram por tradição. Igual oportunidade de participação em todos os setores econômicos, em todo o processo de produção, é o que tem sido reclamado pelos movimentos feministas de hoje, não porque o trabalho no mercado possa, em si mesmo, ser mais dignificante do que a atividade doméstica, mas pelas implicações que ele pode ter como primeiro passo para outros níveis de emancipação feminina. Admitida, portanto, a participação da mulher na força de trabalho como mudança social positiva, pelas suas conseqüências relativamente aos objetivos de emancipação social, quaisquer que sejam eles, encontramos a justificativa principal para a realização de estudos sobre a participação no mercado de trabalho.

Os movimentos de libertação da mulher começam, nos países desenvolvidos, a representar importante motivação para a realização de estudos e pesquisas sobre o status social da mulher, quer nos

* Apresentado no Simpósio "Contribuições das Ciências Humanas para a compreensão da situação da mulher". XXVII Reunião Anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência. Julho de 1975, Belo Horizonte.

Este trabalho, que faz parte da pesquisa de tese de doutoramento da autora, está sendo realizado com a ajuda financeira da Fundação Ford e do CNRH, bem como com a colaboração do Centro de Informática da FIBGE, no processamento de dados.

** Da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais.

seus aspectos sociais e políticos, quer nos seus aspectos econômicos. Vários trabalhos têm sido feitos sobre a participação da mulher na atividade econômica, como por exemplo os de Long, Mincer, Cain, Bowen e Finegan, Oppenheimer, Sweet e outros. Em todos eles há uma preocupação central com a determinação de fatores que contribuem para explicar o crescimento da participação da mulher no mercado de trabalho, quando tradicionalmente as suas responsabilidades femininas limitavam-se ao trabalho de âmbito puramente doméstico. Contudo, a maior parte desses estudos refere-se à situação econômica da mulher em sociedades desenvolvidas, pouco se tendo pesquisado a respeito do papel da mulher em economias em desenvolvimento¹. Sobre a situação da mulher brasileira na força de trabalho, é importante mencionar os trabalhos de Paul Singer e Felícia R. Madeira (1973), Manoel A. Costa (1968), Elizabeth Jelin (1974) e Heleieth Saffioti (1969).

Que papel desempenha a mulher na atividade econômica dos países em desenvolvimento? Que papel tem a educação da mulher no desenvolvimento econômico e social? Pode a educação realmente representar um fator importante no aumento da participação da mulher na atividade econômica produtiva? Até que ponto está a educação desempenhando fator decisivo na integração ou incorporação da mulher nas atividades mais produtivas da força de trabalho? Ou será que a educação da mulher serve melhor aos objetivos de sua integração em atividades secundárias ou menos remuneradas do mercado de trabalho?

A presente literatura da economia da educação não permite avaliar a importância da educação da

FATORES DETERMINANTES DA PARTICIPAÇÃO DA MULHER NA FORÇA DE TRABALHO

Tendências históricas da participação da mulher na força de trabalho são explicadas por mudanças na organização social e econômica que estariam contribuindo para aumentar o emprego feminino. Os fatores mais importantes que parecem exercer influência significativa nessa participação agrupam-se em fatores relacionados ao desenvolvimento econômico e social propriamente dito, ou decorrentes de mudanças na estrutura social, política e econômica da sociedade, fatores culturais e fatores demográficos.

A urbanização, a industrialização e as mudanças tecnológicas estão entre os fatores ligados ao desenvolvimento econômico e social que afetam a composição da força de trabalho, levando um número

1. Economias em desenvolvimento são entendidas, aqui, como regiões com elevadas taxas de crescimento econômico, mas baixa renda per capita e má distribuição de renda. O Brasil situa-se entre essas.

mulher na transformação social em processo. O enfoque metodológico usual, de avaliação dos benefícios da educação, comparados aos seus custos, não é útil no caso da mulher, porque ele não leva em conta as mudanças na participação da força de trabalho. Além disso, essa metodologia dá ênfase a retornos puramente monetários dos investimentos feitos em educação e nem sempre as mulheres procuram mais educação como fonte de rendas futuras. Também a sociedade não procura educar as mulheres pensando exclusivamente nas suas atividades produtivas. Esses não são os únicos resultados da educação esperados pelas mulheres e pela sociedade.

Outro problema sério para avaliação da educação da mulher em termos de custo-benefício é que a maior parte das mulheres somente trabalha em casa e, conseqüentemente, o seu trabalho não tem o valor de troca que caracteriza a atividade produtiva do mercado. Recentemente, esforços têm sido feitos por um grupo de economistas para estabelecer critérios que possibilitem estimar o valor monetário das atividades domésticas. Até agora, porém, todas as tentativas têm falhado e o trabalho doméstico, embora importante, continua apenas com valor de uso.

Ainda que pouco tenha sido feito no referente às atividades desenvolvidas no âmbito puramente doméstico, vários têm sido os estudos que focalizam a tendência crescente de participação da mulher em atividades puramente econômicas. Neste trabalho, abordamos especificamente este segundo aspecto do problema.

crescente de mulheres a exercer atividades remuneradas no mercado de trabalho.

A urbanização situa-se entre os mais importantes, quer a consideremos como uma conseqüência da industrialização, quer a consideremos independentemente. Ela é devida a fenômenos ligados, por exemplo, à desintegração da economia rural de subsistência ou ao desenvolvimento de centros puramente comerciais. Movimentos progressivos de camponeses para os centros urbanos à procura de trabalho ou de melhores condições de vida, que uma agricultura ao nível de subsistência não pode oferecer, têm lugar na maioria das sociedades contemporâneas em desenvolvimento. Esses movimentos levam a alterações na estrutura de emprego, reduzindo o percentual de pessoas ocupadas no setor primário e aumentando a participação nos demais setores.

O movimento em direção aos centros urbanos não significa porém, necessariamente, melhora na

condição social dos trabalhadores, uma vez que ele cria ou enfatiza um novo problema social: a marginalização de parte da força de trabalho. Analisando a formação de mercado de trabalho dependente e os mecanismos de marginalização nos centros urbanos, Quijano argumenta que, enquanto novas formas de atividades econômicas expõem a força de trabalho das áreas rurais, nos centros urbanos as atividades econômicas ou não conseguem absorver a mão-de-obra expelida ou as absorvem a níveis de produtividade e salários muito baixos. E, nesse processo de marginalização, o problema da mulher será agravado pela participação em ocupações de baixa produtividade e, conseqüentemente, baixa renda.

A industrialização crescente no Brasil provoca profundas modificações na estrutura de emprego, afetando em conseqüência a participação da mulher na atividade produtiva. A industrialização parece ter dois efeitos sobre a mão-de-obra: um efeito negativo, derivado do decréscimo do artesanato, antes produzido como atividade doméstica, e outro positivo, derivado do aumento do emprego fabril. No caso das mulheres teria havido um predomínio da parcela negativa, enquanto no caso dos homens a parcela positiva é maior. Madeira e Singer dão como explicação para essa substituição do trabalho feminino pelo masculino, no caso da desorganização da produção artesanal, o fato de que o afastamento da mulher do lar encontraria obstáculos tanto objetivos (a necessidade de cuidados das tarefas domésticas) como subjetivos (preconceitos contra o trabalho da mulher fora do lar) (Madeira e Singer, 1973).

O desenvolvimento tecnológico, por outro lado, tem possibilitado a mecanização e a automação em muitos tipos de indústrias modernas, principalmente nas de material elétrico e eletrônico, o que torna possível a utilização de mão-de-obra feminina ao lado da masculina. Além disso, para muitas tarefas delicadas e minuciosas ela chega a ser preferida (indústria de transistores, indústria química e outras).

Paralelamente ao desenvolvimento e à urbanização, modifica-se a estrutura de emprego, isto é, a distribuição dos indivíduos empregados nos diferentes setores econômicos. Quando não há desenvolvimento, a divisão social é incipiente e a maior parte da força de trabalho está ocupada na agricultura, que é essencialmente de subsistência e para consumo próprio do grupo familiar. Nas sociedades mais desenvolvidas, porém, a estrutura da economia agrícola sofre modificações. Há uma substituição da mulher pelo homem nas grandes propriedades e nota-se ainda uma diminuição do emprego tanto de homens como de mulheres nas grandes propriedades. Ao analisar a participação da mulher nas atividades produtivas, Madeira e Singer observam que "como o trabalho feminino na agricultura se prende,

em geral, à subsistência, a queda do emprego feminino pode indicar que as grandes propriedades tendem a se especializar cada vez mais em culturas comerciais, ou, ainda, mais recentemente, ser, o resultado de mecanização das atividades agrícolas".

Os fatores demográficos estão, também, associados à participação da mulher nas atividades produtivas. Entre eles, os principais são: o aumento na expectativa média de vida, redução nas taxas de mortalidade infantil, mudanças na fertilidade das mulheres e no tamanho e estrutura da família. A participação na força de trabalho tem decrescido historicamente nos grupos mais jovens da população (10 a 14 anos) em decorrência do aumento da oferta de escolarização em todas as regiões, especialmente nos centros urbanos, e também em decorrência da proibição do emprego no mercado de trabalho a menores de 14 anos. Por outro lado, observa-se ainda uma tendência à redução na força de trabalho das pessoas de mais de 65 anos de idade, ocasionada principalmente pela introdução de sistemas de aposentadoria e melhoria nos sistemas previdenciários.

Entre os fatores culturais principais, usualmente dados como explicação para mudanças nas taxas de participação da mulher na força de trabalho, estão, de um lado, aspectos culturais e ideológicos da socialização da mulher, que parecem refletir nas suas atitudes em relação ao trabalho fora do lar, ou em relação ao trabalho desenvolvido no mercado de trabalho, e, de outro, a educação da mulher, que parece conduzir a novos papéis em uma sociedade mais desenvolvida.

A educação da mulher representa importante fator capaz de contribuir para mudanças nos papéis e no status feminino em todos os países. De um lado, a educação tem efeito positivo no aumento da participação da mulher nas sociedades desenvolvidas; mais altos níveis de escolarização resultam em maior probabilidade de participação na força de trabalho. No entanto, a análise do papel das escolas na sociedade mostra que o problema é complexo e não se pode ter tanta certeza de que a educação de fato contribui para aumentar a participação das mulheres em atividades tão produtivas quanto as do homem. A dúvida surge quando se analisa a escola como responsável pela definição e reforço das normas e valores culturais da sociedade. Elas têm sido entendidas como instituições destinadas a transmitir valores e atitudes de geração a geração e a preparar os recursos humanos de uma nação para um papel produtivo. Mas, essa habilidade tem sido questionada por muitos autores (Carnoy, 1972; Bowles, 1971). O questionamento advém de que a educação procura conduzir meninas e meninos para os papéis que a sociedade lhes reserva. Assim, desde cedo as meninas são socializadas no sentido do casa-

mento e do seu papel como dona de casa; o menino é orientado para atividades profissionais. Então, socializadas para se tornarem esposas e mães de família, as mulheres raramente são encorajadas a pensar em termos de uma carreira. Quando incentivadas a fazê-lo, geralmente o são em direção a ocupações que, no mercado de trabalho, representam uma extensão do papel subordinado que têm na família. Por isso mesmo, a mulher cresce e se educa pensando que, se por ventura tiver necessidade de trabalhar, a sua contribuição será meramente suplementar e temporária. Ao invés de tentar incentivar as mulheres para novas atividades e novas áreas, as instituições educacionais parecem reforçar o papel tradicional, e quando tentam ampliar-lhes os horizontes para novas atividades, acabam por criar nelas conflitos, uma vez que a sociedade dificulta, ou mesmo impede a sua participação em igualdade com o homem.

Por essas razões, parece que a educação desempenha um papel até certo ponto contraditório no sentido de levar maior número de mulheres a uma participação ativa na força de trabalho. Educando as mulheres, estaríamos aumentando a sua probabilidade de trabalho no mercado em atividades que exigem mais alto nível de escolarização, mas devido ao preconceito cultural, é provável que essa maior participação não se faça em igualdade de condições com o homem.

Finalmente, as atitudes e os valores culturais parecem exercer papel importante na determinação dos níveis de participação da mulher na força de trabalho. A medida que as sociedades se tornam mais urbanizadas e industrializadas, as atitudes e valores se alteram. As mulheres das sociedades mais desenvolvidas, por exemplo, são encorajadas no sentido de aceitar novas experiências e seu comportamento no mercado de trabalho é baseado em novo conjunto de valores. Nessas sociedades, a mulher reconhece a relevância do trabalho produtivo e, por isso mesmo, tem atitude mais positiva em relação a ele. Nas sociedades menos desenvolvidas, isso não parece ocorrer. Prevalecem preconceitos sérios em relação ao trabalho feminino fora do lar. (Rosen e La Raya, 1972).

Segundo Singer e Madeira, a "evolução do nível de participação da mulher na força de trabalho atravessa três fases: num primeiro momento, na abertura da industrialização, quando o número de pessoas empregadas na agricultura é ainda elevado e o número de empresas manufatureiras e comerciais limitadas à esfera doméstica ainda bastante significativa, o nível de integração da mulher na força de trabalho é elevado. Em um segundo momento, quando o desenvolvimento econômico induz um grande

número de pessoas a sair do pequeno comércio e da fabricação caseira e há paralelamente uma migração de áreas rurais para áreas urbanas, a taxa de participação da mulher em atividades produtivas tende a cair. Em geral, concomitantemente aos mecanismos descritos, há um crescimento contínuo do emprego feminino no setor de serviços. Enquanto este setor não for suficientemente grande para cobrir a saída de mulheres de outros setores, no entanto, a taxa de participação feminina na força de trabalho continuará a cair. A taxa de participação feminina em trabalhos fora da esfera doméstica voltará a crescer, em um estágio bem mais avançado de desenvolvimento, exatamente pelo crescimento do emprego no setor de serviços". (Madeira e Singer, 1973).

A participação da mulher na força de trabalho em comunidades em diferentes estágios de desenvolvimento econômico é determinada pela interação dos vários fatores mencionados. Portanto, as taxas de participação da mulher na força de trabalho expressam duas importantes mudanças sociais e econômicas: até que ponto as atividades domésticas estão sendo produzidas economicamente, ou até que ponto atividades antes executadas no âmbito puramente doméstico como confecção de roupas, produção de alimentos e outras, passam a ser produzidas no mercado; e nessa socialização, em que medida as mulheres estariam tendo maiores possibilidades de participação.

Para Madeira e Singer "desenvolvimento econômico pode ser entendido também como um movimento em direção a ocupações cada vez mais especializadas fora do âmbito doméstico". Acreditamos, no entanto, que esse conceito é incompleto, uma vez que não dá indicação de melhoria nos padrões de participação da mulher. Não basta aumentar o nível de participação em atividades produtivas, é fundamental que essa participação não se faça em situação de dependência e inferioridade, mas em igualdade de condições com o homem, em termos de responsabilidade, remuneração e oportunidades de treinamento e de promoção a posições de mais alto status.

Em resumo, o desenvolvimento econômico e social importa, em relação à mulher, em maior nível de participação na força de trabalho, bem como em melhoria nos padrões de participação. Essa melhoria significa um abandono das estruturas tradicionais de ocupação da mão-de-obra feminina em direção a estruturas mais desenvolvidas. As estruturas tradicionais podem ser entendidas como concentração de trabalho feminino em atividades agrícolas de tipo subsistência, nas indústrias de mais baixa produtividade e nas ocupações do setor terciário que são de tipo predominantemente femininas. Já as estruturas mais desenvolvidas podem ser entendidas como re-

dução de trabalho agrícola, maior ocupação nas indústrias de mais alta produtividade e taxas mais altas em ocupações de tipo misto ou predominantemente masculinas, bem como igualdade de oportunidades de treinamento e de promoção a posições de mais alto status e igual nível de salários.

temente masculinas, bem como igualdade de oportunidades de treinamento e de promoção a posições de mais alto status e igual nível de salários.

METODOLOGIA

Neste trabalho, analisamos a participação da mulher brasileira na força de trabalho. A força de trabalho é constituída por parcela da população que está em condições de participar do processo de produção social. Com os dados do Censo Demográfico Brasileiro de 1970, tentaremos apresentar algumas das características mais importantes da participação nas diversas regiões geo-econômicas do país. Estamos especialmente interessados em verificar até que ponto a educação e a origem sócio-econômica ou classe social das mulheres desempenham papel fundamental nessa participação.

Os dados desta análise — que é de tipo "cross section" — foram obtidos diretamente dos programas especiais computados pelo Centro de Informática da FIBGE para a tese de doutorado, atualmente em fase de elaboração. Utilizaremos aqui apenas tabulações cruzadas de algumas variáveis mais importantes. Chamamos a atenção para o fato de que esta é uma análise preliminar dos dados censitários de 1970 e, portanto, parte de um trabalho mais completo. Aqui não levamos em conta o desenvolvimento

histórico da participação da mulher na força de trabalho, o que deverá ser feito na tese em elaboração.²

O estudo focaliza dois grupos especiais de mulheres: o primeiro correspondendo às mulheres casadas², de 15 a 64 anos de idade, que vivem em companhia dos maridos e que eram 14 milhões em 1970; o segundo, compreendendo as mulheres solteiras no mesmo grupo de idade, que continuam a viver com os pais e que eram 5,2 milhões em todo o país. Há, portanto, mulheres que não foram incluídas na análise, ou sejam as viúvas e as demais mulheres que vivem por conta própria. Esta exclusão deve-se ao fato de que os dados do censo não nos permitiam analisar a situação sócio-econômica da família ou a classe social a que pertencem, um dos pontos centrais deste trabalho.

As variáveis a serem utilizadas são: participação na força de trabalho; estado civil; níveis de escolarização; ocupação principal; região geo-econômica do país; grupos de idade; situação sócio-econômica da família e número de empregadas domésticas residentes no domicílio.

PARTICIPAÇÃO POR SEXO, IDADE E ESTADO CIVIL

No Quadro 1, podemos verificar que a participação da mulher na força de trabalho, comparada à população total, está associada, inicialmente, ao estado civil da mulher. As solteiras, como se esperava, tendem a demonstrar uma participação muito mais alta, ou três vezes a do grupo de casadas. Essa diferença tão acentuada é atribuída não somente às maiores dificuldades objetivas que a mulher casada enfrenta para deixar o lar, no qual tem a responsabilidade das atividades domésticas e cuidados dos filhos, mas também à generalizada atitude negativa em relação ao trabalho da mulher casada. É ainda importante mencionar que parte da diferença se deve à composição etária dos dois grupos de mulheres. Enquanto a distribuição etária das mulheres casadas, comparada à respectiva pirâmide etária, é mais proporcional, no caso das solteiras há, como é natural, uma grande concentração no grupo mais jovem (15 a 24 anos), que compreende 87% da população feminina solteira. Neste grupo, a participação (26%) no mercado de trabalho chega a ser bem mais alta do que a das mulheres casadas (8%), apesar de ser este o grupo que tem maior probabilidade de estar freqüentando alguma escola.

As maiores diferenças, no entanto, se dão nos dois grupos etários imediatamente seguintes para os

quais podemos observar taxas de participação bastante mais elevadas — 43% no grupo de 25/34 e 38% no grupo 45/54 — se comparadas às de 11 e 12% das mulheres casadas nos mesmos grupos de idade.

É interessante observar que as gerações mais jovens tendem a uma participação mais alta do que as gerações mais velhas, não somente pela influência de níveis educacionais mais altos, que são decorrentes das maiores oportunidades de escolarização oferecidas pela expansão do ensino no país, mas ainda pela discriminação contra a mulher mais velha e a consequente preferência do mercado por mulheres mais jovens. É de se supor, ainda, que essa diferença seja atribuída a mudanças na atitude das mulheres em relação ao trabalho feminino. Aliás essa discriminação não é peculiar à mulher, mas acontece também com os homens, principalmente aqueles que têm menor grau de escolaridade. Os anúncios de empregos nos jornais, bem como os editais de concursos públicos ou entidades para-estatais, demonstram claramente essa preferência.

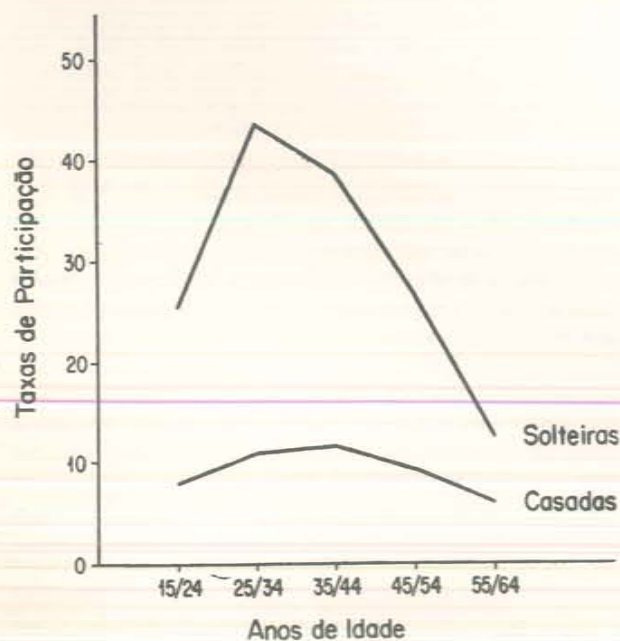
2. Foram incluídas no grupo de mulheres casadas as que responderam que vivem em companhia de cônjuge, esposa(o), companheira(o), etc. qualquer que seja a natureza da união.

QUADRO 1 — TAXAS DE PARTICIPAÇÃO DAS MULHERES NA FORÇA DE TRABALHO, POR GRUPOS DE IDADE E ESTADO CIVIL, 1970

Grupos de Idade	Mulheres Casadas				Mulheres Solteiras		
	FT %	População		FT %	População		
		Absol.	%		Absol.	%	
15/24	7,56	2.670.951	19,08	25,53	4.533.928	86,77	
25/34	11,14	4.490.850	32,06	43,31	507.264	9,71	
35/44	11,77	3.666.012	26,17	38,28	110.721	2,12	
45/54	9,40	2.153.069	15,37	26,80	46.830	0,90	
55/64	5,28	1.025.015	7,32	12,58	26.277	0,50	
Total	9,93	14.005.897	100,00	26,95	5.225.020	100,00	

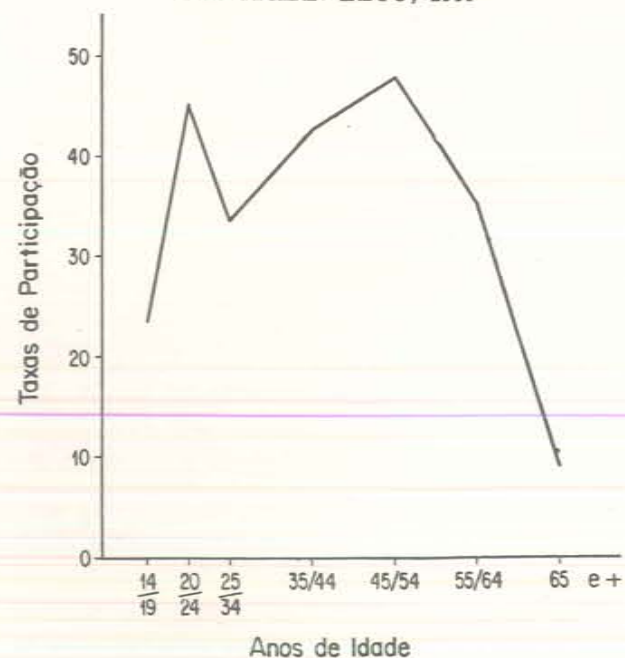
Relativamente aos demais grupos etários, a participação das mulheres solteiras chega a ser quase três vezes mais alta do que a das casadas, o que claramente demonstra uma preferência do mercado pelo emprego de mulheres solteiras e, conseqüentemente, uma discriminação contra a mulher casada, talvez pelo ônus financeiro que a ocorrência de uma gravidez poderia ter para a instituição, associada aos outros problemas de substituição da empregada durante o período de afastamento. Apesar da proteção da legislação trabalhista concedendo licença para gravidez, os ônus desta corriam à conta da instituição. Só recentemente foram introduzidas alterações na legislação previdenciária, tendo o INPS passado a assumir os ônus financeiros das licenças para gravidez.

FIGURA 1 — PERFIL DE PARTICIPAÇÃO DA MULHER NA FORÇA DE TRABALHO POR IDADE, BRASIL, 1970



O perfil de participação (FIGURA 1) por idade apresenta uma forma bastante diferente, por exemplo, do perfil de participação da mulher americana (FIGURA 2). No Brasil, a participação é mais alta no grupo 25/34 e decresce com a idade. Nos Estados Unidos o perfil tem a forma de um "M", apresentando portanto dois pontos mais altos, nos grupos etários 20/24 e 45/54, intercalados por um ponto bem mais baixo no grupo 25/34, que corresponde ao período em que os filhos pequenos geralmente exigem maiores cuidados das mães (Bowen e Finegan, 1969). A razão para essa diferença talvez resida no fato de que, no Brasil, a facilidade de obtenção de empregadas domésticas nos centros urbanos possa garantir maior continuidade de participação da mulher nas atividades econômicas, principalmente às mulheres de classe média e alta.

FIGURA 2 — PERFIL DE PARTICIPAÇÃO DA MULHER NA FORÇA DE TRABALHO POR IDADE, EEUU, 1960



PARTICIPAÇÃO POR NÍVEIS DE ESCOLARIZAÇÃO

A participação da mulher na força de trabalho está associada principalmente à educação. No Quadro 2, verificamos que as taxas são muito baixas para o grupo de mulheres analfabetas (6%) e para as apenas alfabetizadas ou que não tenham completado o curso primário (7%), aumentando sensivelmente à medida que cresce o número de anos de escolarização, chegando a atingir 66% no caso das que concluíram cursos universitários. Portanto, quanto mais alto o nível de escolarização, mais alta é a probabilidade de participação na força de trabalho. Esse fenômeno não se observa somente em relação às mulheres casadas, mas é constante relativamente às solteiras. Para estas, a taxa de participação no grupo de analfabetas é de 20%, portanto três vezes mais alta do que a das mulheres casadas

da mesma condição, e vai a 77% no caso das mulheres que concluíram universidades.

É interessante observar que as diferenças de participação, segundo o estado civil, são maiores nos níveis de escolarização mais baixos. A medida que estes aumentam parece que a discriminação contra as casadas tende a diminuir. As diferenças passam a ser bem menores nos níveis de escolarização E.3 a E.6 do que, por exemplo, nos primeiros níveis. Além de serem as mulheres com níveis de escolarização mais altos aquelas que têm maior probabilidade de contarem com a cooperação de empregadas domésticas, são também aquelas que em geral têm menor número de filhos, estando portanto menos sujeitas à mencionada discriminação do mercado.

QUADRO 2 — TAXAS DE PARTICIPAÇÃO NA FORÇA DE TRABALHO, POR NÍVEIS DE ESCOLARIZAÇÃO E ESTADO CIVIL

Níveis de Escolaridade	Mulheres Casadas				Mulheres Solteiras		
	FT %	População		FT %	População		
		Absol.	%		Absol.	%	
E.0	6,35	5.542.746	39,57	19,71	1.035.610	19,82	
E.1	7,20	4.484.052	32,01	23,96	1.527.293	29,23	
E.2	12,08	3.071.823	21,93	29,66	1.885.279	36,08	
E.3	21,44	415.598	2,97	24,35	466.944	8,94	
E.4	49,38	403.036	2,88	64,69	220.600	4,22	
E.5	54,25	17.862	0,13	43,44	56.447	1,08	
E.6	65,82	70.780	0,51	77,17	32.847	0,63	
Total	9,93	14.005.897	100,00	26,95	5.225.020	100,00	

E.0 — Analfabetas
E.1 — Alfabetizadas e com Primário Incompleto
E.2 — Primário Completo e Ginásial Incompleto
E.3 — Ginásial Completo e Colegial Incompleto

E.4 — Colegial Completo
E.5 — Universitário Incompleto
E.6 — Universitário Completo

Contudo, a alta probabilidade de as mulheres casadas ou não, com níveis de escolarização mais altos, participarem das atividades econômicas não influi muito nas taxas globais de participação. Estas continuam bastante baixas (9,93 e 26,95%, respectivamente para as casadas e solteiras) comparadas às taxas globais de participação masculina em 1970, que foram de 84%. É que o número de mulheres com níveis de escolarização altos ainda é muito reduzido.

Assim, apenas 6,49% das mulheres casadas e 14,87% das solteiras têm escolarização igual ou superior ao curso ginásial completo, sendo que menos de um por cento completou algum curso universitário. A maior percentagem de solteiras com maior nível de escolaridade se deve principalmente à distribuição de idade, como vimos, concentrada no grupo de idade 15/24 que é o grupo mais beneficiado pela expansão recente do sistema educacional.

PARTICIPAÇÃO POR CLASSE SOCIAL

A participação feminina na força de trabalho está, por outro lado, fortemente associada à situação sócio-econômica da família ou à sua classe social. Situação sócio-econômica da família representa aqui uma combinação de três fatores: educação, ocupação e renda do marido, no caso das mulheres casadas; e, educação, ocupação e renda do pai,

no caso das mulheres solteiras. Assim, as mulheres casadas de classe mais alta têm uma probabilidade de participar da força de trabalho quase 4 vezes maior do que as mulheres de classe baixa e duas vezes maior do que as de classe média (Quadro 3). A maior participação das mulheres de classe alta nas atividades econômicas deve-se às maiores oportu-

QUADRO 3 — TAXAS DE PARTICIPAÇÃO NA FORÇA DE TRABALHO, POR SITUAÇÃO SÓCIO-ECONÔMICA E ESTADO CIVIL, 1970

Situação Sócio-Econômica	Mulheres casadas		Mulheres Solteiras	
	População	FT%	População	FT%
Baixa	10.964.864	7,94	4.111.093	28,18
Média	2.649.241	15,02	984.670	43,47
Alta	391.792	30,99	129.257	21,73

tunidades de obtenção de emprego do que as mulheres de classe baixa, não somente porque têm mais alto nível de escolaridade e maior probabilidade de possuir empregada doméstica, mas também em função do relacionamento social que a família pode proporcionar³.

Já em relação às solteiras, a mais alta probabilidade de participação é a das mulheres de classe

média (43%), seguida das de classe baixa (28%). As mulheres solteiras de classe alta têm um nível de participação inferior ao das de classe baixa. Isto é facilmente explicável pelo fato de que exatamente o grupo mais jovem de classe alta, onde se concentram maiores taxas de solteiras, é o que tem maior probabilidade de estar apenas estudando, por isso mesmo não interessado em atividades remuneradas economicamente, porque disto não tem necessidade.

PARTICIPAÇÃO POR REGIÕES GEO-ECONÔMICAS

A análise da estrutura ocupacional por regiões reflete a dinâmica das mudanças na estrutura de produção. As novas formas de organização social da atividade econômica vão alterando os centros dinâmicos da economia, mas coexistindo com as formas mais tradicionais de organização social. A análise regional das taxas de participação da mulher na força de trabalho demonstra níveis de variação de uma para outra região do país, o que comprova a hipótese de que o desenvolvimento econômico regional desigual gera também diferentes níveis de participação feminina na atividade econômica.

Para o efeito da presente análise classificamos as regiões geo-econômicas brasileiras, segundo a renda per capita e o nível de produtividade industrial, em três grupos: o primeiro, de alta renda e alto nível de produtividade, no qual se enquadram os Estados da Região que denominamos Sudeste B (São Paulo, Rio de Janeiro e Guanabara); o segundo, compreendendo as regiões de média renda e produtividade, no qual estão as Regiões Sul (Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul), Centro-Oeste (Mato Grosso, Goiás e Distrito Federal), Sudeste A (Minas Gerais e Espírito Santo); o terceiro, as regiões de baixa renda e produtividade, compreendendo as Regiões Norte (Amapá, Amazonas, Acre, Pará, Ron-

dônia e Roraima) e Nordeste (Piauí, Maranhão, Ceará, Rio Grande do Norte, Pernambuco, Paraíba, Alagoas, Sergipe, Bahia e Fernando de Noronha). O primeiro grupo representa aqui a região do país mais desenvolvida economicamente e, portanto, aquela que apresenta também padrões de ocupação feminina mais desenvolvidos. No terceiro grupo, que reúne as regiões de menor desenvolvimento econômico, predominam as estruturas mais tradicionais de participação feminina. O segundo grupo compreende as regiões em transição, onde certos indicadores de participação feminina assemelham-se bastante às regiões mais desenvolvidas, mas outros permanecem ainda bastante tradicionais.

A região mais desenvolvida, como se vê pelo Quadro 4, oferece muito maior oportunidade de trabalho às mulheres em geral, e especialmente às solteiras, cuja taxa de participação é aí de 39%, comparada à de 14% da Região Norte e à de 17% da Região Centro-Oeste. Relativamente às casadas, a Região Sul assemelha-se ao grupo das regiões mais desenvolvidas, situando-se 1,82% acima da média nacional (9,93%), enquanto as Regiões Centro-Oeste e Sudeste A permanecem bastante tradicionais ao se situarem muito abaixo da média nacional e mesmo muito abaixo das regiões menos desenvolvidas. A razão para este desequilíbrio reside principalmente no fato de que as respostas da economia aos estímulos de expansão afetam apenas partes dos setores econômicos, que coexistem com formas anteriores mais tradicionais que só gradualmente são modificadas. Portanto, à medida que uma região se desloca em direção a uma situação de maior desenvolvimento econômico, algumas atividades não au-

QUADRO 4 — TAXAS DE PARTICIPAÇÃO DAS MULHERES BRASILEIRAS NA FORÇA DE TRABALHO, POR REGIÃO GEO-ECONÔMICA E ESTADO CIVIL.

Estágios de Desenvolvimento	Regiões	Mulheres Casadas		Mulheres Solteiras	
		População	FT%	População	FT%
Mais Desenvolvida	Sudeste B	11,50	39,08		
	Sul	11,75	31,79		
	Sudeste A Centro-Oeste	6,90 6,43	21,30 17,11		
Em transição	Norte	9,17	14,10		
	Nordeste	9,24	19,44		
Menos Desenvolvida	Todas as Regiões	9,93	26,95		

mentam proporcionalmente ao crescimento da Força de Trabalho, e chegam mesmo a declinar, representando essa redução um efeito negativo no percentual de participação. Entre essas, citamos as atividades agrícolas, os serviços domésticos e o magistério primário. Por outro lado, outras atividades, tais como as industriais, comerciais, de escritório e outras, passam a ter um peso importante no conjunto e se desenvolvem acima da taxa de crescimento da força de trabalho, representando esse acréscimo

um efeito positivo no total da participação feminina. Entretanto, na passagem da situação de menor desenvolvimento para a de desenvolvimento em transição o que parece estar ocorrendo é a predominância dos efeitos negativos sobre os positivos, no primeiro estágio de desenvolvimento. Esse fato não invalida a hipótese de que o desenvolvimento econômico está relacionado ao nível de participação da mulher na força de trabalho, o que parece ser sugerido pelas posições extremas dos estágios de desenvolvimento.

PARTICIPAÇÃO POR SETORES ECONÔMICOS

A distribuição ocupacional da população feminina está intimamente associada à estrutura de produção da sociedade, que se vai transformando historicamente. O exame das características da participação por setores econômicos nas diversas regiões geo-econômicas, sugere que, ao mesmo tempo em que há um aumento na taxa de participação, comparado à população feminina total de 15 a 64 anos de idade, há também uma mudança na estrutura ocupacional feminina. Alguns setores produtivos passam a ser dinâmicos, absorvendo relativamente cada vez mais mão-de-obra, em substituição a outros que tendem a se reduzir proporcionalmente. Está aqui implícito o pressuposto de que estas distinções

intersectoriais indicam diferenças em dimensões teoricamente relevantes, tais como aumento de produtividade, desenvolvimento econômico, desenvolvimento tecnológico, urbanização e outros.

A ocupação feminina no setor primário é bastante alta nas regiões menos desenvolvidas onde a agricultura é predominantemente de tipos de subsistência, absorvendo 38 a 40% das mulheres casadas, e 42 e 38% das solteiras das Regiões Norte e Nordeste, respectivamente, mas chegando a níveis muito baixos na Região Sudeste B, ou seja 8 e 5%, onde a produção agrícola é de tipo capitalista e de alto teor tecnológico, e onde os processos de urbanização foram também mais intensos.

QUADRO 5 — DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DA FORÇA DE TRABALHO FEMININA POR SETORES ECONÔMICOS, ESTADO CIVIL E REGIÕES GEO-ECONÔMICAS, 1970

Estágios de Desenvolvimento	Regiões	Setor Primário		Setor Secundário		Setor Terciário	
		Casadas	Solteiras	Casadas	Solteiras	Casadas	Solteiras
Mais desenvolvida	Sudeste B	4,96	7,89	14,35	16,03	80,69	76,08
	Sul	33,36	44,74	10,30	7,88	56,34	47,38
Em transição	Sudeste A	10,00	13,96	12,17	10,90	77,83	75,14
	Centro-Oeste	3,89	9,19	16,33	6,51	79,78	84,30
Menos desenvolvida	Norte	42,42	37,85	3,49	4,89	54,09	57,26
	Nordeste	37,66	40,37	19,70	14,96	42,64	44,67
	Brasil	21,65	24,24	14,14	12,95	63,95	62,81

3. Relativamente ao número de empregadas domésticas, podemos constatar que 35% das mulheres de classe alta contam com uma empregada doméstica em seus serviços e 15% contam com 2 ou mais, ao passo que apenas 9% das mulheres de classe média têm uma empregada e 1% tem duas ou mais. Já na classe baixa somente 0,83% tem uma empregada e 0,06% tem duas ou mais. É importante observar que essa informação somente abrange as empregadas domésticas residentes no domicílio.

Duas das regiões em transição assemelham-se à situação de maior desenvolvimento, pois aí os níveis de participação feminina na agricultura são de apenas 14 e 9%, no caso das solteiras, e 10 e 4%, no caso das casadas, das Regiões Sudeste A e Centro-Oeste, respectivamente. No entanto, a Região Sul apresenta níveis semelhantes ao das regiões menos desenvolvidas. Uma interpretação para essa situação da Região Sul pareceria residir no fato de que pela as atividades agrícolas representam a grande fonte de renda da região. Apesar de predominarem aí as ocupações agrícolas elas já não têm um caráter puramente de auto-consumo. Assim, pode-se entender o fato de que mesmo tendo havido um aumento das atividades nos demais setores econômicos não resultou esse aumento em mudança na posição relativa da mulher na agricultura da Região Sul, como parece ter ocorrido nas outras regiões em transição.

O setor secundário, que representa o setor dinâmico da economia brasileira, tende a aumentar nas regiões mais desenvolvidas. Enquanto a agricultura apresentou um crescimento de 153,4% no período 1947/69, a indústria cresceu de 465% e o produto real em 285,5%; enquanto o setor de serviços acompanhou mais ou menos o ritmo de expansão do produto (Boisier et al., 1973). Contudo, apesar de o setor industrial ser aquele que apresentou maior aumento de produtividade global, devido à alta sensibilidade que tem para utilização de tecnologias avançadas ou altamente intensivas em capital, a modificação que produz na estrutura da ocupação da mão-de-obra feminina não é proporcional à redução no setor primário. O setor secundário passa a ocupar 14 e 16% das mulheres casadas e solteiras da Região Sudeste B, enquanto a Região Norte ocupa apenas 3 e 5%, respectivamente. O Nordeste, no entanto, representa uma exceção ao ocupar no setor secundário 20 e 15% das mulheres casadas e solteiras.

O que poderia explicar o alto emprego feminino numa região ainda com pequeno grau de desenvolvimento seria a baixa produtividade das indústrias aí instaladas, comparadas às indústrias das regiões mais desenvolvidas e que apresentam alto nível de produtividade, em função de componentes tecnológicos, de tamanho das empresas e de outros fatores semelhantes. Sérgio Boisier e outros (1973), estu-

DISTRIBUIÇÃO OCUPACIONAL DA FORÇA DE TRABALHO FEMININO

Para o efeito de análise da distribuição ocupacional feminina no setor terciário, selecionamos algumas ocupações principais, que são classificadas em ocupações essencialmente femininas, essencialmente masculinas e ocupações mistas. Esta classificação tornou-se necessária para melhor compreensão das mudanças que ocorrem na estrutura ocupacional feminina. Assim, o primeiro tipo é constituído de

dando diferenciais de produtividade nas regiões geoeconômicas brasileiras, dão a produtividade média anual do Norte e Nordeste como 9,10 e 10,73 comparadas a 19,50 da Região Sudeste, 13,57 da Região Sul e 11,67 da Região Centro-Oeste. Portanto, apesar de o Nordeste demonstrar ocupação feminina mais alta na indústria, comparada às demais regiões, essa situação não implica necessariamente em melhoria nas condições de ocupação da mulher, uma vez que a produtividade média anual da região ainda é muito baixa. Além disso, é importante acrescentar que a ocupação feminina no setor industrial do Nordeste ocorre principalmente nos ramos de indústria têxtil e de vestuário, que estão entre as indústrias que exibem mais baixa produtividade.

Relativamente à ocupação industrial, o que parece também ocorrer em todas as regiões é a utilização da mulher no sentido de mão-de-obra de reserva. Quando decresce a oferta de mão-de-obra masculina para algumas atividades ou estas se tornam mais caras, aí então passam as empresas a admitir mulheres, onde tradicionalmente elas não eram admitidas. Uma vez aumentada a disponibilidade de mão-de-obra masculina, então as mulheres voltam à reserva e são novamente substituídas pelos homens. Exemplo disso é o que ocorreu recentemente no setor de construção civil em Brasília.⁴

Essas mudanças principais na estrutura dos setores primário e secundário geram profundas mudanças no setor terciário, que se amplia consideravelmente. O percentual de mulheres ocupadas nas atividades de serviços é bastante elevado nas Regiões Sudeste B, Sudeste A e Centro-Oeste, mas permanece muito baixo nas Regiões Norte, Nordeste e Sul. Contudo, a simples ocupação de maior número de mulheres no setor terciário não oferece, em si mesmo, nenhuma indicação quanto à qualidade das mudanças que se operam na estrutura de emprego feminino. Neste caso, é necessário examinar também a distribuição ocupacional para se verificar em que direção ocorrem as mudanças. A participação nas atividades econômicas urbanas sofre limitações que lhe são impostas pela sociedade. Refiro-me aqui aos preconceitos contra o trabalho feminino que são muito mais sérios ainda nas pequenas cidades do interior, tendo portanto reflexos no setor terciário.

atividades tipicamente femininas que são, em geral, ocupações consideradas socialmente compatíveis com a condição da mulher, ou que guardam íntima relação com as atividades domésticas para as quais as mulheres foram socializadas. Algumas dessas ocupações tendem a ser uma sub-utilização da mão-de-obra

4. Ver Jornais de Brasília no período de agosto de 1973 a abril de 1974.

feminina (Singer, 1970); outras, por serem tradicionalmente consideradas próprias da mulher, fazem com que os salários pagos pelo mercado permaneçam extremamente baixos. E a sociedade continua a incentivar que essas se mantenham predominantemente femininas porque com isso os salários permanecem baixos, apesar do grau de escolarização cada vez mais alto exigido para o seu desempenho. No primeiro grupo, analisamos algumas das ocupações em geral consideradas femininas, tais como: professora primária, enfermeira, ocupações de higiene pessoal.

O segundo tipo é constituído de ocupações nas quais o emprego não é exclusivo de nenhum sexo. São, pois, ocupações mistas, que levam a uma competição maior entre os sexos. No entanto, a despeito da maior competição, estas são ainda ocupações de caráter subalterno e que raramente incluem funções de alto status sócio-econômico. Neste grupo,

enquadramos, por exemplo, as ocupações comerciais e as de escritório que, apesar de terem um caráter misto, apresentam-se quase sempre como ocupações subordinadas. Um exemplo pode ser encontrado entre balconistas e vendedoras que geralmente desempenham suas tarefas sob a supervisão, na maioria das vezes, de um homem. Nos escritórios, a mulher trabalha subordinada a um chefe ou profissional, raramente ocupando as posições mais elevadas.

O terceiro tipo engloba as ocupações predominantemente masculinas, que podem compreender tanto trabalhos pesados como os de mineração, siderurgia, construção civil e outros, quanto ocupações de alto status tais como por exemplo engenheiros, médicos e outros profissionais, bem como executivos de empresas e políticos de alto nível.

Perfeitamente coerente com a condição feminina é a atividade de magistério primário, porque nesta predomina o lidar com crianças que é função

QUADRO 6 — DISTRIBUIÇÃO DAS MULHERES SOLTEIRAS POR OCUPAÇÕES E REGIÃO. 1970.

Ocupações	Regiões						Brasil
	SE.B	SE.A	S	CO	N	NE	
Agrícolas	7,89	13,96	44,74	9,19	37,85	40,37	24,24
Industriais	16,03	10,90	7,88	6,51	4,89	14,96	12,95
Empregadas Domésticas	1,51	4,05	1,03	6,40	1,51	1,77	1,93
Serv. Higiene Pessoal	1,31	1,13	0,78	0,66	0,56	0,61	0,98
Enfermeiras e Auxiliares	1,64	1,76	1,15	2,13	2,03	1,36	1,53
Professoras Primárias	7,43	18,11	7,29	16,85	12,71	12,28	10,23
Comerciais	7,38	6,89	7,25	8,15	8,59	3,74	6,51
Escritório	17,11	8,11	7,07	12,64	11,03	7,58	11,50
Professoras Secundárias	1,66	1,08	1,12	1,42	1,19	1,57	1,46
Profissionais Liberais	0,48	0,50	0,47	0,38	0,63	0,81	0,55
Outras	37,55	33,51	21,23	35,67	18,99	14,99	28,13

Obs.: As somas nem sempre são iguais a 100,00, devido a arredondamentos.

QUADRO 7 — DISTRIBUIÇÃO DAS MULHERES CASADAS POR OCUPAÇÕES E REGIÃO. 1970

Ocupações	Regiões						Brasil
	SE.B	SE.A	S	CO	N	NE	
Agrícolas	4,96	10,00	33,36	3,89	42,42	37,66	21,65
Industriais	14,35	12,17	10,30	16,33	3,49	19,70	14,40
Domésticas	6,17	12,46	3,49	13,06	3,82	6,60	6,24
Serv. Higiene Pessoal	1,91	1,01	1,02	1,24	0,65	0,43	1,21
Enfermeiras e Auxiliares	3,13	1,59	1,45	3,73	3,82	1,84	2,32
Professoras Primárias	14,61	31,16	17,70	25,04	17,01	12,45	16,72
Comerciais	4,52	2,61	5,11	2,33	9,60	2,27	3,73
Escritório	11,04	6,09	3,83	7,93	6,87	4,00	6,85
Professoras Secundárias	4,00	2,03	3,23	3,73	3,49	1,95	3,12
Profissionais Liberais	1,91	0,87	0,51	1,87	0,98	1,19	1,31
Outras	33,39	20,00	20,00	20,84	13,85	12,34	22,46

Obs.: As somas nem sempre são iguais a 100,00, devido a arredondamentos.

socialmente considerada feminina. Por isso mesmo, representa uma boa parcela da mão-de-obra ocupada no setor terciário das regiões menos desenvolvidas. À medida que aumenta o nível de desenvolvimento, o percentual de professoras primárias decresce consideravelmente em relação ao emprego total e novas oportunidades surgem de ocupação da mulher em outras atividades econômicas. Assim, no Quadro 6 podemos observar que as Professoras Primárias representam 13 e 12% das mulheres solteiras ocupadas das Regiões Norte e Nordeste, mas apenas 7% das da Região Sudeste B. Mais uma vez as Regiões Sudeste A (Minas Gerais e Espírito Santo) e Centro-Oeste apresentam-se com estruturas socialmente tradicionais ao ocuparem nesta atividade 18 e 17%, respectivamente. Já em relação às mulheres casadas (Quadro 7) essa ocupação parece exercer ainda muito maior atração, pela possibilidade de trabalho em tempo parcial, associado às licenças remuneradas que o Governo (o maior empregador de Professoras Primárias) oferece durante os períodos de gravidez, além das férias prolongadas que parecem representar menor ônus em relação à responsabilidade de mãe-de-família, permitindo maior permanência junto aos filhos. Talvez o valor relativo dos salários pagos em cada região e zona possa também ser um fator importante de atração. Do total das mulheres casadas do país 17% são professoras primárias, embora nas regiões mais desenvolvidas essa participação tenda a diminuir, passando a 15% (Quadro 7). Nas Regiões Sudeste A e Centro-Oeste os níveis continuam ainda muito elevados — 31 e 25% respectivamente — comparados à média do país.

A participação em serviços de higiene pessoal (manicures, cabeleireiras e similares) é também uma extensão de trabalhos antes desenvolvidos no lar. Assim, quando essas tarefas passam a ser produzidas economicamente há uma tendência para absorver mão-de-obra feminina. Esta ocupação cresce relativamente às demais. As Regiões Norte e Nordeste, por exemplo, ocupam nestas atividades apenas meio por cento, enquanto o Sudeste B emprega 1,3% das mulheres solteiras e quase 2% das casadas.

A ocupação empregada doméstica, por outro lado, tende a concentrar a maior parte da mão-de-obra não qualificada que se desloca das zonas rurais ou de pequenas cidades em direção às grandes concentrações urbanas. Formalmente a relação de trabalho aqui é assalariada, mas tende a ser centrada na família e não constitui propriamente uma produção para o mercado. É por isso mesmo considerado sub-emprego. O percentual de mulheres ocupadas como empregada doméstica parece baixo, mas é necessário levar em conta que somente as famílias de alta renda têm condições de empregar outras mulheres. As famílias de baixa renda valem-se da

mão-de-obra feminina disponível na própria família para a execução de tarefas domésticas, mas o fazem sem remuneração (Jelin, 1974).

A tendência para a ocupação de mulheres casadas como empregadas domésticas não é muito clara, pois no Norte o percentual delas é baixo (3,82%), enquanto no Nordeste e Sudeste B os percentuais são médios (6,60 e 7,17%). No Nordeste esse número se explicaria pelas maiores oportunidades oferecidas pelo setor industrial, comparadas à da Região Norte. No Sudeste B, deve-se ao fato de que os setores urbanos foram incapazes de absorver toda a mão-de-obra liberada pela zona rural. Contudo, são as Regiões Sudeste A e Centro-Oeste que apresentam as mais elevadas taxas de mulheres casadas nesta ocupação, ou seja 13%.

Em relação às mulheres solteiras, há uma tendência para redução do percentual ocupado como empregada doméstica, não só nas regiões mais desenvolvidas, como também nas menos desenvolvidas. Apenas as Regiões Sudeste A e Centro-Oeste parecem continuar empregando grande parte da população feminina economicamente ativa como empregada doméstica, ou seja 4 e 6% respectivamente. Essa pronunciada proporção de empregadas domésticas nas Regiões Sudeste A e Centro-Oeste se deve às menores oportunidades que o mercado de trabalho oferece às mulheres em geral. Essas são, como vimos anteriormente, as regiões que apresentam as menores taxas globais de participação. E, não havendo pois outras oportunidades de emprego, a solução encontrada pelas mulheres, casadas ou solteiras, para sobreviver ou melhorar o nível de vida da família é o sub-emprego como empregada doméstica, geralmente por salário bastante baixo, já que a disponibilidade de mão-de-obra é bastante alta.

As atividades comerciais sofrem mudanças substanciais com o desenvolvimento. Quando não há desenvolvimento, um grande número de mulheres usualmente combina as atividades produtivas com as atividades domésticas, trabalhando por conta própria ou ajudando os maridos por exemplo em pequenas lojas e bares próximos das residências. Com o desenvolvimento os super-mercados e lanchonetes aparecem em substituição aos pequenos estabelecimentos e essa mudança afeta a participação global, principalmente das mulheres casadas. Enquanto o Norte e Nordeste ocupam 3,6 e 2,3% das mulheres casadas, as Regiões Sudeste B e Sul empregam percentuais mais altos, ou seja 4,5 e 5,1%. Já as demais regiões em transição exibem menor participação das mulheres casadas nas ocupações comerciais, o que parece comprovar a hipótese de que quando formas mais simples de organização comercial são substituídas por outras mais complexas, a mulher casada já não pode mais combinar o trabalho doméstico com o trabalho produtivo, e a

decisão que toma é em favor da continuação dos trabalhos domésticos.

No caso das mulheres solteiras, a tendência é para apresentar níveis mais altos de participação, comparados com os das mulheres casadas, e essa tendência aumenta com o desenvolvimento. Isso esclarece a situação de preferência pela mulher solteira quando novas formas de organização comercial têm lugar. As médias nacionais confirmam essa tendência, ou seja 3,7% para as casadas e 6,5% para as solteiras.

As ocupações de escritório tendem a demonstrar duas tendências. Principalmente, as mulheres casadas têm menor probabilidade de trabalhar em escritório do que as solteiras. A distribuição média nacional das primeiras é de 6,9%, enquanto das últimas é de 11,5%, o que comprova que o mercado tem preferência pelas solteiras. A segunda tendência é relativa à maior concentração de mulheres em ocupações de escritório nas regiões desenvolvidas do que nas menos desenvolvidas. Assim, enquanto o Norte e Nordeste ocupam nestas atividades 6,9 e 4% das mulheres casadas, a Região Sudeste B ocupa 11,0%.

Finalmente, entre as ocupações essencialmente masculinas examinamos as profissões liberais e as outras ocupações. As profissões liberais, porque

EDUCAÇÃO, OCUPAÇÃO E SALÁRIOS

Resta-nos perguntar agora, até que ponto a educação está contribuindo para elevar o status das mulheres na estrutura ocupacional. Nos quadros 8 e 9 analisamos as ocupações principais das mulheres casadas e solteiras por níveis de educação. Podemos observar que as mulheres sem escolarização (E.0) e as com níveis de escolaridade E.1 e E.2 estão ocupadas principalmente na agricultura, na indústria e nos empregos domésticos. Nos níveis de escolarização E.3, E.4 e E.5 predomina o emprego em ocupações de escritório e no magistério primário. Finalmente, as mulheres casadas que concluíram o curso universitário (E.6) e que participam da Força de Trabalho concentram-se em atividades de magistério secundário (38%) e em atividades profissionais (29%), mas 10% continua no magistério primário e 9% dedica-se a atividades de escritório. Já entre as solteiras que concluíram cursos universitários, 34% dedicam-se ao magistério secundário, 18% são profissionais liberais, mas 18% continuam como professoras primárias e 15% em trabalhos de escritório.

Embora não tenhamos feito comparações com as médias masculinas nas mesmas ocupações, as médias de escolarização das mulheres nas diversas ocupações parecem relativamente altas, se levarmos

em conta a concentração das mulheres nos baixos níveis de escolarização. Nas atividades profissionais, a média é de 13,7 anos de escolaridade, seguida de 11,4% anos no caso da Professora Secundária, e de 9,1 anos da Professora Primária. As enfermeiras continuam com média de escolarização muito baixa, ou seja apenas 5,8 anos. Nas atividades comerciais e dos serviços de higiene pessoal, as médias são de 4,2 e 4,6 anos, respectivamente, enquanto nas atividades agrícolas e no emprego doméstico elas são de 1,4 e 1,9 anos.

As atividades compreendidas na categoria "outras" englobam os demais tipos de ocupação. Assim é que nos últimos anos temos assistido à admissão de mulheres em novas atividades antes do domínio masculino. Exemplificamos com as jardineiras de Brasília, as motoristas de táxis nas grandes cidades, as varredoras de ruas em Belo Horizonte e, recentemente, em Santos. O que parece ocorrer é que sendo a remuneração destas ocupações bastante baixa para atrair os homens, apela-se para a mão-de-obra de reserva, admitindo as mulheres com salários baixos. Mas, embora baixos, esses salários são, em muitos casos, mais altos do que os oferecidos pelos empregos domésticos, além de terem regime de trabalho mais adequado e status mais elevado.

A educação, sem dúvida, leva a um aumento de participação, como vimos anteriormente, mas nem sempre as mulheres com maiores níveis de escolaridade empregam-se em ocupações compatíveis com esse grau de educação. Excetuadas as três ocupações que exigem nível superior de educação (Professora Secundária, Profissionais Liberais e Enfermeiras) 30% das mulheres casadas e 46% das solteiras não ascendem na escala ocupacional quando concluem cursos superiores, nem alcançam os níveis salariais do sexo masculino. Calculamos os salários médios dos profissionais liberais brasileiros, excetuados os relativos aos Professores e Auxiliares, através do Censo Demográfico de 1970, e encontramos, para os homens, Cr\$ 1.123,70 e, para as mulheres na

mesma situação, apenas Cr\$ 421,06. Diante deste fato, somos levados a concluir que, embora maiores níveis de escolaridade levem as mulheres à maior participação na força de trabalho, nem sempre essa

participação ocorre com os mesmos benefícios dispensados aos homens. Estamos, pois, diante de um outro tipo de discriminação das mulheres no mercado de trabalho — a discriminação salarial.

QUADRO 8 — DISTRIBUIÇÃO DAS OCUPAÇÕES DAS MULHERES CASADAS POR NÍVEIS DE ESCOLARIZAÇÃO, 1970

Ocupações	Níveis de Escolarização							Escolarização Média
	E.0	E.1	E.2	E.3	E.4	E.5	E.6	
Agrícolas	51,34	27,36	8,77	0,09	0,02	—	—	1,42
Industriais	13,54	21,94	20,45	5,22	0,34	—	—	3,19
Domésticas	12,76	9,17	4,06	0,42	0,04	—	—	1,87
S. Higiene Pessoal	0,16	0,97	3,15	0,70	0,04	—	—	4,58
Enfermeiras e Auxiliares	0,16	1,94	4,72	4,48	0,81	2,12	4,03	5,83
Professoras Primárias	—	2,50	14,40	27,94	68,45	49,45	10,13	9,14
Comerciais	1,89	4,58	6,95	4,34	0,65	—	0,35	4,20
Escritório	—	0,69	8,36	31,62	13,63	17,23	8,52	7,79
Professoras Secundárias	—	0,42	1,49	4,06	6,66	14,60	37,60	11,42
Profissionais Liberais	—	—	0,17	1,26	0,97	3,49	28,81	13,71
Outros	20,16	30,42	27,48	19,87	8,38	13,11	10,56	3,91

Obs.: As somas nem sempre são iguais a 100% devido a arredondamentos.

QUADRO 9 — DISTRIBUIÇÃO DAS OCUPAÇÕES DAS MULHERES SOLTEIRAS POR NÍVEIS DE ESCOLARIZAÇÃO, 1970

Ocupações	Níveis de Escolarização							Escolarização Média
	E.0	E.1	E.2	E.3	E.4	E.5	E.6	
Agrícolas	65,19	39,11	12,74	0,49	—	—	—	2,27
Industriais	10,91	12,90	19,62	4,80	0,87	0,60	—	4,03
Domésticas	2,38	3,17	1,92	0,25	—	—	—	3,28
S. Higiene Pessoal	0,10	0,58	1,72	1,68	0,19	—	—	5,15
Enfermeiras e Auxiliares	0,05	0,96	2,33	2,83	0,80	0,32	2,36	5,65
Professoras Primárias	0,05	1,38	5,43	13,59	55,91	46,16	18,32	9,43
Comerciais	0,71	2,92	11,50	12,12	2,10	0,60	0,31	5,34
Escritório	0,15	1,46	9,81	47,76	27,44	29,42	15,30	7,92
Professoras Secundárias	—	0,08	0,44	1,15	3,57	12,68	34,01	11,94
Profissionais Liberais	—	—	0,07	0,49	1,39	2,58	17,78	13,28
Outras	20,45	37,44	34,42	14,83	7,73	7,64	11,91	4,21

Obs.: As somas nem sempre são iguais a 100% devido a arredondamentos.

CONCLUSÕES

A participação da mulher brasileira na força de trabalho não tem características homogêneas nas diversas regiões geo-econômicas do país, mas apresenta-se com características bastante diferentes, conforme o nível de desenvolvimento sócio-econômico da região. A educação apresenta-se como um fator importante de participação, mas outros aspectos tanto associados à demanda quanto à oferta de mão-de-obra parecem exercer considerável influência.

1. A participação está diretamente associada ao nível de escolarização da mulher ou ao número de anos de escolarização. Quanto mais anos de escola-

rização maiores serão as probabilidades de participação na Força de Trabalho.

2. Contudo, quando outras variáveis são introduzidas, a importância da educação fica abalada, pois essas variáveis parecem reduzir o seu efeito. Um exemplo é o que ocorre com a variável situação sócio-econômica da família, à qual a educação está associada. A classe social é considerada um dos mais importantes determinantes do nível de escolarização. Por isso mesmo, parte da influência da educação seria melhor explicada pela influência da situação sócio-econômica nos níveis de participação.

Ao contrário do que se poderia supor, são as mulheres de classe alta exatamente aquelas que demonstram os mais altos níveis de participação. Não é verdadeira, pois, a suposição de que as mulheres mais necessitadas — que são exatamente as de classe mais baixa — é que teriam maior tendência para ingressar no mercado de trabalho, como meio para melhorar a renda familiar. Essa situação se deve às outras características e que dizem respeito aos diversos tipos de discriminação da mulher no mercado de trabalho e que parecem afetar mais as de classe baixa do que as demais.

3. Um exemplo é a discriminação contra as mulheres casadas. Estas têm menor probabilidade de participação na força de trabalho do que as solteiras, que demonstram taxas de participação muito mais altas, em muitos casos três vezes maiores. De um lado, essas diferenças tão acentuadas são explicadas pelas maiores dificuldades objetivas que as mulheres casadas têm para deixar o lar e os filhos e se dedicar ao trabalho no mercado. De outro lado, parecem também associadas à preferência que o mercado demonstra pelas solteiras, que têm menores problemas de afastamento do trabalho. Quando associada à classe social baixa, essa situação da mulher agrava consideravelmente as mencionadas dificuldades objetivas, porque são essas as mulheres que têm menor nível de escolarização, apresentam mais altas taxas de fertilidade e têm menores condições de remunerar outras mulheres (empregadas domésticas) para cuidar dos filhos enquanto estão no trabalho. Daí porque não somente as instituições têm menor interesse em manter mulheres casadas em seus quadros, mas também as próprias mulheres casadas, principalmente as de classe baixa, dispõem de menores condições de participação.

4. É interessante observar ainda que as diferenças de participação entre as casadas e solteiras diminuem à medida que aumentam os níveis de escolarização. E, como são exatamente as mulheres de classe alta aquelas que têm maior acesso aos mais altos níveis de escolarização, então podemos concluir que a discriminação relativamente às casadas é menor nas classes mais elevadas.

5. Outra discriminação que podemos constatar diz respeito à idade. Há uma visível preferência pelas pessoas mais jovens, principalmente em certas atividades onde a boa apresentação é requisito essencial. Essa discriminação contra a mulher mais velha parece ser muito mais séria em relação às casadas de classe baixa, pois reduz as suas probabilidades de ingressar no mercado depois de terem os filhos crescidos.

6. Os padrões de participação também variam segundo os estágios de desenvolvimento econômico das diversas regiões geo-econômicas. Assim, a Re-

gião Sudeste B (São Paulo, Rio de Janeiro e Guanabara) apresenta características bastante distintas das demais regiões. Naquela, os padrões de participação feminina, embora estejam longe de demonstrar semelhança em relação ao sexo masculino, apresentam-se como mais desenvolvidos, em face da baixa participação na agricultura, da elevada taxa de ocupação industrial, bem como da tendência à diversificação de ocupações no setor terciário e, conseqüentemente, menor emprego nas ocupações tradicionalmente femininas e maior nas ocupações predominantemente masculinas.

Duas das regiões em transição, Sudeste A (Minas Gerais e Espírito Santo) e Centro-Oeste (Mato Grosso, Goiás e Distrito Federal) demonstram os mais baixos níveis de participação. Na verdade, ao lado de estruturas mais desenvolvidas, como uma redução no setor agrícola, coexistem ali formas de participação bastante tradicionais. O mercado não conseguiu absorver a mão-de-obra liberada pela agricultura e quando o fez foi em ocupações tradicionalmente femininas ou em condições de sub-emprego. Já a terceira região do grupo em transição, a Região Sul (Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul), apresenta-se com uma taxa global de participação e níveis de emprego em ocupações não tradicionalmente femininas equivalentes à Região mais desenvolvida, mas permanece com níveis bastante elevados de participação na agricultura, decorrentes, como vimos, da própria situação da economia regional, predominantemente agrícola.

Quanto às Regiões menos desenvolvidas, Norte e Nordeste, enquadram-se na primeira fase ou apresentam estruturas de participação bastante tradicionais, embora algumas de suas taxas de ocupação se aproximem das da Região Sudeste B.

7. A análise da distribuição ocupacional por níveis de educação, por outro lado, nos dá uma visão mais clara quanto ao papel dos níveis secundários e superior de educação feminina, que é nitidamente de encaminhamento da mulher em direção a ocupações mais tradicionais. Assim, das que completam o 2.º grau e que ingressam na força de trabalho 68% (casadas) e 56% (solteiras) vão ser Professoras Primárias, o mesmo acontecendo com as que não completam o curso universitário (49 e 46%, respectivamente). E boa parte das poucas mulheres que completam o curso universitário continua em ocupações predominantemente femininas.

8. Finalmente constatamos ainda que os diferenciais de salário por sexo indicam uma séria discriminação salarial. As mulheres que exercem profissões liberais têm em média salários três vezes menores do que os homens, o que parece demonstrar que também nessa ocupação quando há maior participação feminina, essa tende a manter a mulher

em situação de dependência ou de subordinação ao homem.

Concluindo, seria necessário refletir sobre as implicações deste estudo no sentido de esclarecer a situação da mulher nas atividades econômicas. Caberia antes, porém, questionar se a responsabilidade pelas atividades domésticas deveria competir exclusivamente às mulheres. Numa sociedade mais igualitária teríamos que concluir que essas atividades seriam partilhadas pelo casal. Como ainda falta muito para atingirmos essa situação ideal, somos levados a acreditar que maior participação das mulheres na força de trabalho dependerá diretamente das possibilidades que tenha o sistema educacional de prepará-las para o desempenho de atividades econômicas, nas quais seja possível conciliar as atividades domésticas com as atividades mais produtivas.

Uma idéia importante que tem orientado constantemente os nossos estudos sobre a mulher no Brasil é a convicção de que, a curto prazo, e como meta prioritária para a emancipação, está a necessidade de que ela participe ativamente da força de trabalho. Como vimos, há muitos fatores que dificultam que isso seja feito em igualdade de condições com os homens. No entanto, juntamente com uma melhor educação, isto seria condição indispensável para sua independência financeira e, portanto, um primeiro passo para níveis mais avançados de emancipação. Com isto queremos dizer que, não basta a simples substituição da dependência doméstica pela dependência remunerada do mercado. Ambas representam ainda situação de alienação. Porém, pensamos que a participação da mulher na atividade econômica representa já um fator positivo, como primeiro passo para outros níveis de emancipação.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BOISIER, Sergio; SMOLKA, Martin O. e BARROS, Aluizio A. de. 1973. *Desenvolvimento regional e urbano*. Instituto de Planejamento Econômico e Social, Rio de Janeiro. (Relatório de pesquisa, 15).
- BOWEN, W. G. e FINEGAN, T. A. 1969. *The economics of labor force participation*. Princeton University Press, Princeton.
- BOWLES, Samuel. 1971. Unequal education and the reproduction of the social division of labor. *Radical Political Economy*, 3 (4).
- CAIN, Glen C. 1966. *Married women in the labor force*. University of Chicago Press, Chicago.
- CARNOY, Martin. 1972. *Schooling in a corporate society: the political economy of education in America*. McKay, New York.
- COSTA, Manoel A. 1968. *Aspectos demográficos da população economicamente ativa*. Instituto de Planejamento Econômico e Social, Rio de Janeiro, (ex. mimeografado).
- JELIN, Elizabeth. 1974. Formas de organización de la actividad económica y estructura ocupacional: el caso de Salvador, Brasil. *Desarrollo Económico*, 14 (53): abr./jun.
- LONG, Clarence. 1958. *The labor force under changing income and employment*. Princeton University Press, Princeton.
- MADEIRA, Felícia R. e SINGER, Paul. 1973. *Estrutura de emprego e trabalho feminino no Brasil: 1920/1970*. Centro Brasileiro de Análise e Planejamento, São Paulo. (Cadernos CEBRAP, 13).
- MINCER, Jacob. 1965. *Labor force participation of married women: a study of labor supply*. NBER'S Aspects of Labor Economics, Special Conference, (14).
- OPPENHEIMER, Valerie. 1969. *The female labor force in the United States*. University of California, Berkeley. (Population Monograph Series, 5).
- QUIJANO, Anibal D. 1970. Dependencia, cambio social y urbanización en Latino América. In CARDOSO, F. H. e WEFFORT, F. H. ed. *Latino América: ensaios de interpretação sociológico-políticas*. (Colección Tiempo Latino Americano).
- ROSEN, Bernard C. e LA RAIA, Anita L. 1972. Modernity in women: an index of social change in Brazil. *Journal of Marriage and the Family*: May.
- SAFFIOTI, Heleith I. B. 1969. *A mulher na sociedade de classes, mito e realidade*. Liv. Quatro Artes Edit., São Paulo.
- SINGER, Paul. 1970. *Força de trabalho e emprego no Brasil 1920/69*. Centro Brasileiro de Análise e Planejamento, São Paulo. (Cadernos CEBRAP, 3).
- SWEET, James. 1973. *Women in the labor force*. Seminar Press, New York.

[Recebido para publicação em julho de 1975]